



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15728 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GE Educação e Povos Indígenas

REPRESENTAÇÕES SOBRE OS/AS INDÍGENAS EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL ADOTADOS EM ESCOLAS DA MATA NORTE PERNAMBUCANA

Adlene Silva Arantes - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

Fernanda Luiza Costa da Silva - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

Agência e/ou Instituição Financiadora: FACEPE-Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia de PE

REPRESENTAÇÕES SOBRE OS/AS INDÍGENAS EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL ADOTADOS EM ESCOLAS DA MATA NORTE PERNAMBUCANA

1 INTRODUÇÃO

Em 9 de janeiro de 2003 foi sancionada a Lei 10.639 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB - e estabeleceu as Diretrizes Curriculares para a sua implementação. Essa Lei instituiu a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar da Educação Brasileira, resgatando, historicamente, a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira. Posteriormente, em 10 de março de 2008 foi sancionada a Lei nº 11.645 para contemplar a temática indígena, alterando a redação do artigo 26 – A, acrescentando, ao lado do grupo étnico dos negros, o estudo sobre os indígenas:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a

formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (BRASIL, Lei 11.645/08, grifos adicionados).

Mesmo com a existência da legislação acima mencionada, em muitas escolas essas temáticas só são vivenciadas em datas comemorativas como “O dia do índio -19 de abril”, “O 13 de maio- Abolição da escravidão”, “O dia da Consciência Negra - 20 de novembro”, “Folclore”, contribuindo para a manutenção das hierarquias étnicas e raciais na sociedade contemporânea. Nesse contexto, Candau (2008) aponta alguns desafios para trabalhar as relações étnico-raciais considerando,

Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas. (CANDAUI, 2008, p.52).

Portanto, o ensino de História na educação básica tem grande importância para a promoção de uma educação mais democrática, que represente todos os sujeitos historicamente excluídos, como é o caso dos indígenas. Para compreender o lugar do ensino de história nesse processo de inclusão de conteúdos que valorizem tais sujeitos tomamos como objeto de pesquisa o livro didático para o ensino de história utilizado nos anos iniciais do Ensino Fundamental nas escolas da Mata Norte Pernambucana. Não podemos deixar de mencionar que o livro didático é um material importante de leitura para os estudantes das escolas públicas, ou seja, para a maioria dos estudantes brasileiros. Como objeto cultural traz em si a ideologia das camadas socialmente favorecidas. Nesse sentido,

O livro didático é um importante veículo portador de um sistema de valores, de ideologia, de uma cultura. Várias pesquisas demonstraram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores de grupos dominantes, generalizando temas, como família, criança, etnia, de acordo com preceitos da sociedade burguesa branca. (BITTENCOURT, 2006, p.72).

Cabe aos professores possibilitar a valorização dos sujeitos históricos na sala de aula, pois é nas relações entre professores e alunos que a aprendizagem vai sendo construída e

reconstruída. Deve-se valorizar os diferentes sujeitos e suas opiniões, abrir espaço para o diálogo, o respeito aos direitos e as diferenças e saber que somos todos nós que escrevemos a história, onde é possível citar Oliveira (2008) que enfatiza, “o livro didático não deve ser encarado como o único condutor das atividades que são realizadas em sala de aula. O livro didático é considerado uma ferramenta carregada de discursos, tanto positivos quanto negativos”, ou seja, podemos dizer que o mesmo é suporte ao professor em sala de aula, e que de forma vaga refletem no imaginário coletivo, portanto, a democratização acontece na aula, nas relações e discussões, em como representamos sujeitos historicamente excluídos.

No contexto representado, os discursos sobre os indígenas estão sim entrelaçados nos conteúdos dos livros didáticos analisados. De forma geral, o livro didático é visto como agente que reforça a ideologia dominante, e essa constatação se fortalece na pesquisa ao observar as representações. É essa organização que levanta questionamentos no estudo, considerando como premissa a ordem estabelecida na representação generalista sobre os indígenas. Apesar das discussões e imagens estejam mudando, o respeito aos seus direitos, sua pluralidade e sociodiversidade expressadas, ainda não são tratados como deveriam dentro das temáticas. Porém, a visão do professor dentro da sala de aula pode mudar o contexto visto no livro didático, possibilitando novas experiências e visões acerca do tema, por isso,

Deixaremos de tratar as diferenças socioculturais como estranhas, exóticas e folclóricas, de modo a (re)conhecer em definitivo os “índios” como povos indígenas, em seus direitos de expressões socioculturais que contribuem decisivamente para a humanidade, a nossa sociedade, para todos nós. (SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha, 2020, p. 15).

É importante destacar que a pesquisa em andamento está alicerçada na concepção de pesquisa de natureza qualitativa com análise documental sobre as representações indígenas na coleção de livros didáticos de história do 1º ao 3º ano do ensino fundamental utilizada em Macaparana, município da Mata Norte de Pernambuco. A análise documental, “[...] é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”. (SÁ-SILVA, ALMEIDA e GUINDANI, 2009, p.5). Dessa forma, podemos categorizá-la como sendo aquela em que os dados são provenientes de documentos, tendo como objetivo de obter informações contidas neles, visando compreender um fenômeno. É um processo no qual se emprega métodos e técnicas para coletar, visando compreender e analisar um conjunto de documentos, incluindo bancos de dados.

A obra analisada é intitulada *Presente Mais – Ciências Humanas* de autoria de Neuza Guelli;

Cintia Nigro; Ricardo Dreguer e Cássia Marconi, da editora Moderna, 2023. A proposta pedagógica da coleção valoriza o desenvolvimento de temas contemporâneos transversais, atribuindo sentido ao conhecimento e estimulando a participação efetiva do aluno na sociedade, promove o trabalho com as noções temporais e fontes históricas e com conceitos geográficos e cartográficos e apresenta temas relacionados aos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU (Agenda 2030).

Fazendo uso de todos esses conceitos, buscamos explorar todo o universo do livro quanto à imagem do indígena de forma com que fossem analisadas e compreendidas. Ao longo do estudo, foram examinados os textos e imagens presentes nos livros didáticos escolhidos, com o intuito de atingir os objetivos propostos na pesquisa, enfatizar e levantar novos questionamentos sobre a representação dos indígenas.

Voltando para as questões da cidade, lócus da pesquisa, a mesma conta com uma população de 24.904 habitantes, na qual seu primeiro registro data do final do século XIX (1879) quando o almocreve Manoel Panguengue construiu um rancho de taipa em terras do engenho Macapá, onde até então a construção passaria a servir como ponto de apoio para o comerciante realizar seus negócios e, posteriormente, tornou-se estalagem para viajantes. Com o passar dos anos outras casas foram erguidas no local, formando o que viria a ser denominado Vila de Macapá, distrito de Timbaúba- PE, que logo mais se tornou cidade e tem seus próprios distritos. Relacionando com a economia, a agricultura canavieira secular dominou boa parte da história da cidade, assim como de todo o Estado de Pernambuco. A instalação dos engenhos, concentrou poder econômico e político em um grupo familiar que teve seu apogeu com a implantação da Usina Nossa Senhora de Lourdes. Atualmente a cidade é reconhecida pelo artesanato, principalmente pelo crochê. (Câmara Municipal de Macaparana, disponível em: <https://macaparana.pe.leg.br/historia-do-municipio/>).

2. OS/AS INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO 1º AO 3º DO ENSINO FUNDAMENTAL

Sabe-se que nos anos iniciais do Ensino Fundamental é importante centrar-se nas experiências e vivências individuais e familiares trazidas pelos alunos, ou seja, seus momentos cotidianos, por meio do lúdico, de trocas, da escuta e de falas sensíveis, nos diversos ambientes educativos, além da sala de aula (bibliotecas, pátio, praças, parques, museus, arquivos, entre outros). É essencial para esse tipo de abordagem privilegiar o trabalho de campo, as entrevistas, a observação, as análises e as argumentações, de modo a potencializar descobertas e estimular o pensamento criativo e crítico dos mesmos.

É também nessa etapa que os alunos tomam os primeiros contatos com procedimentos de investigação em Ciências Humanas, como a pesquisa sobre diferentes fontes documentais, a observação e o registro – de paisagens, fatos, acontecimentos e depoimentos – e a realização de comparações.

Esses procedimentos são fundamentais para que compreendam a si mesmos e àqueles que estão em seu entorno, tudo que aconteceu em seu meio, suas histórias de vida e as diferenças dos grupos sociais com os quais se relacionam. O processo de aprendizagem deve levar em conta, de forma progressiva, a escola, a comunidade, o Estado e o país. É importante também que os alunos percebam as relações com o meio ambiente e a ação dos seres humanos com o mundo que os cerca, refletindo sobre os significados dessas relações e a sua importância. Sabe-se que mesmo a legislação, ao tornar obrigatória a inclusão dessas temáticas em todos os níveis de ensino, não é suficiente para garantir nas escolas o estudo de conteúdos sobre literatura, artes, história e culturas de origem africana ou indígenas.

O fato de que o contexto escolar e as demais instituições sociais não estão isentos de concepções preconceituosas sobre indígenas e negros. Nessa perspectiva, parcelas da sociedade brasileira, em geral, agem e tratam esses grupos étnico-raciais a partir de representações e concepções fortemente arraigadas no imaginário social.

No Brasil, o desconhecimento ou o desprezo pelo papel da diversidade cultural no estímulo e enriquecimento das dinâmicas sociais e, principalmente, a recusa etnocêntrica da contemporaneidade de sociedades de orientação cultural diversa, tem sedimentado uma visão quase sempre negativa das sociedades indígenas. Na postura ideológica predominante, os índios não contam para o nosso futuro, já que são considerados uma excrescência arcaica, ainda que teimosa, de uma pré-brasilidade (**Arruda, 2001**, p. 43).

A partir do exposto, nas análises realizadas observamos o que cada livro didático do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental trazem em relação, principalmente, à imagem indígena. Percebemos que nos livros destinados para o 1º ao 3º ano, privilegia-se a assimilação de noções temporais básicas para os estudos da História e o contato com diversas fontes históricas. O livro fala sobre diferenças e igualdades, como: altura, cor dos olhos, cor dos cabelos, preferências, acontecimentos e seus registros, a importância da certidão de nascimento e a caderneta de vacinação, os lugares para se viver, suas características e regras, atividades cotidianas, clima, mudanças familiares através do tempo, lazer, festas e brincadeiras, e é neste momento que algumas brincadeiras e brinquedos indígenas são introduzidos.

Os conteúdos fazem menção à compreensão dos acontecimentos históricos, como a

reflexão sobre memórias e as relações de estruturação social, ao respeito e a solidariedade em relação as diferentes populações, fala sobre a problematização de alguns assuntos. Quanto aos povos indígenas relaciona-os aos acontecimentos do dia a dia, ou seja, as atividades que são realizadas ao longo do dia, ao que chamamos de rotina. Trazem os grupos sociais, diferentes lugares para se viver e diferentes tempos, onde também se insere algumas práticas culturais, como o cordel e suas curiosidades, o maracatu, a apresentação com bonecos, orquestra e banda de pífanos, entre outros.

Portanto, observou-se uma valorização cultural dos povos, indicando sua importância na formação cultural brasileira, suas influências, sua história e seus costumes. Assim, a reflexão sobre as representações indígenas reproduzidas nas escolas, mais que importante, é necessária. Uma vez que o espaço escolar pode se configurar como locus de reprodução social ou, de maneira oposta, a escola pode assumir, como tarefa principal e como um direito, a formação e o respeito para com as diferenças étnicas, de gênero, classes sociais e de outros grupos historicamente subalternizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos livros didáticos da Coleção *Presente Mais – Ciências Humanas* demonstrou que a proposta da coleção enfatiza o contato com fontes históricas quanto a sua natureza (escrita, iconográfica, material, oral), a leitura de imagens e de textos de diferentes gêneros e a produção escrita. Dessa forma, essa primeira análise dos primeiros livros, mostraram o reconhecimento da própria identidade da criança e seu cotidiano quando relacionado com outras populações, abordando a história pessoal, da família, da escola e da comunidade, na perspectiva das diferenças e semelhanças, das mudanças e permanências. São enfatizadas também as noções básicas de medida do tempo e de orientação temporal.

Por fim, o livro didático é um tema importante e relevante para ser discutido, uma vez que ele têm um grande impacto na formação da identidade e na construção do conhecimento das crianças/estudantes. Infelizmente, muitas vezes os indígenas são representadas de forma estereotipada, sub-representados, de forma em que todos parecem ser iguais, não de forma única apresentando sua identidade, nome e idade nos livros didáticos, o que pode reforçar preconceitos e desigualdades dos mesmos enquanto pessoas.

É essencial que os livros didáticos abordem de forma mais ampla e justa a participação dos indígenas na história, na política, na ciência e em outras áreas, contribuindo para uma formação cidadã mais crítica e plural. Isso pode colaborar para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em que as crianças consigam entender e se orgulhar de um povo tão importante, e na sua construção para a sociedade atual em que vivemos e conhecemos, ou

seja, para que tenham seu lugar de destaque e representatividade.

4 REFERÊNCIAS

ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. Imagens do índio: signos da intolerância. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi; VIDAL, Lux Boelitz; FISCHMANN Roseli (Org.). **Povos Indígenas e Tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade**. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2001. P. 43-61.

BITTENCOURT, C. **O saber histórico na sala de aula**. Circe Bittencourt (org). 11.ed. São Paulo: Contexto. 2006. 72p.

BRASIL, **Ministério da Educação e Cultura**. Lei N° 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília: 2003

BRASIL, **Ministério da Educação e Cultura**. Lei N° 11.645, de 10 de março de 2008. Brasília: 2008.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: 2004.

BRASIL, **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Ministério da Educação e Cultura/ Secretaria da educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Brasília: MEC/SECAD, 2006.

Câmara Municipal de Macaparana. **História do Município**. 2022. Disponível em: <https://macaparana.pe.leg.br/historia-do-municipio/>. Acesso em: 24 de abril de 2024.

GUELLI, Neuza; NIGRO, Cintia; DREGUER Ricardo, MARCONI, CÁSSIA. **Presente Mais – Ciências Humanas**. São Paulo:SP, Editora Moderna, 2023.

OLIVEIRA, Sara. Texto visual, **Estereótipos de Gênero e o Livro Didático de Língua Estrangeira**. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, v. 47, n. 1, p. 91-117, jan./jun. 2008.

SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha. **A Temática Indígena na Sala de Aula: Reflexões sobre a lei 11.654/2008**. Recife, Editora da UFPE, 3ª Edição, 2020.

Palavras-chave: Temática indígena; livro didático; Ensino de História, Anos Iniciais do Fundamental